



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS**

**CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NAS REGIÕES LITORAIS DA
GUINÉ-BISSAU: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS.**

SALOMÃO NANQUE

REDENÇÃO

2025

**CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NAS REGIÕES LITORAIS DA
GUINÉ-BISSAU: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da
UNILAB, como requisito parcial para obtenção de
título de Licenciada em Ciências Biológicas.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira

REDENÇÃO

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Nanque, Salomão.

N187c

Caracterização da pesca artesanal nas regiões litorais da Guiné-Bissau: práticas, desafios e perspectivas para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros / Salomão Nanque. - Redenção, 2025.
50f: il.

Monografia - Curso de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas E Da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira.

1. Guiné-Bissau - Pesca artesanal. 2. Gestão pesqueira. 3. Sustentabilidade marinha. 4. Biodiversidade costeira. 5. Recursos naturais. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 639.2096657

SALOMÃO NANQUE

**CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NAS REGIÕES LITORAIS DA
GUINÉ-BISSAU: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Ciências Biológicas do Instituto de
Ciências Exatas e da Natureza da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro- Brasileira, como
parte dos requisitos necessários para a
obtenção do grau de Licenciada em
Ciências Biológicas.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira (Orientadora)

ICEN/UNILAB

Profa. Dra. Márcia Barbosa de Sousa (Examinadora)

ICEN/UNILAB

Profa. Dra. Márcia Freire Pinto (Examinadora)

ICEN/UNILAB

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à essência que me antecede e me sustenta. Expresso minha profunda gratidão aos meus **ancestrais**, que tornaram possível minha existência: **Wuiaguê Cá, Korim Có, Longhuque Có e N’Kanha Nanque**. Eles constituem as bases das minhas raízes, da minha herança hereditária e da força que carrego em nome do povo de **Bijimita**. Em especial, dedico a “**Kota**” **Adriano Có (Oiaia)**, cuja presença e palavras sempre me animaram e fortaleceram ao longo dos meus estudos.*

*Dedico também à minha família, meu porto seguro. Ao meu pai, **Ombani Justino Nanque (in memoriam)**, cuja memória me inspira diariamente. Na voz de Ombani, guardo a expectativa que ele depositou em mim ao longo das fases da minha formação, desde a **Escola Blom II** até à **UNILAB**, no Brasil, nos municípios de **Acarape e Redenção**. Sua orientação esteve sempre presente: respeitar as diferenças, valorizar a dignidade humana em todas as diversidades, preservar minha identidade, cultura e costumes onde quer que eu pisasse. Carrego comigo esses conselhos valiosos e prometo honrá-los até que o espírito se separe do corpo.*

*À minha mãe, **Bomeró Felismina Cá (Manté)**, expresso minha profunda gratidão pelo amor, pela força e pelo cuidado constantes. Agradeço também aos meus irmãos, primos, tios e avós, que constituíram meu alicerce e me acompanharam em cada etapa desta caminhada.*

*À minha esposa, **Carolina Onofre Nanque**, dedico com especial carinho esta conquista, fruto do seu apoio, cuidado e encorajamento contínuos desde 2017. Sua presença foi essencial em cada momento deste percurso acadêmico e pessoal.*

*Ao meu tio **Agostinho Indí**, à **Titia Piquinina Cá** e à **Constância Indí**, dedico pelo zelo, conselhos e sabedoria que ajudaram a moldar meu caminho e fortalecer minha determinação.*

*E aos amigos que se tornaram irmãos: **Pascoal Boni Nanque, Namir Fernandes Sampa e Face Agostinho Indí**, dedico esta vitória compartilhada, construída com companheirismo, apoio, aprendizagem mútua e perseverança.*

AGRADECIMENTO

À minha família, especialmente ao meu pai, Ombani Justino Nanque (in memoriam), à minha mãe, Bomero Felismina Cá (Manté), aos meus irmãos, primos tios, avôs e a todos os que, de forma especial, foram minha alicerce e meu apoio incondicional e irretribuível. Uma menção especial a minha amada mulher Carolina Onofre Nanque especialmente pelo carinho, encorajamento e cuida parte de mim desde 2017 até hoje. Ainda dedico especialmente ao meu tio Agostinho Indí, Titia Piquinina Cá e Constância Indí, cujos os seus conselhos me mantém focado e inabalável com as memórias guardo com muito carinho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira, minha gratidão pela paciência, orientação e rigor científico que foram essenciais para a realização desta monografia. Sua dedicação e experiência foram fundamentais não apenas para este trabalho, mas também para meu crescimento como pesquisador. Agradeço profundamente às professoras do ICEN, especialmente a Márcia Freire Pinto e Márcia Barbosa Sousa, integrantes da Banca Examinadora, pela disponibilidade, atenção e valiosas contribuições oferecidas durante a avaliação deste trabalho. Suas considerações, críticas construtivas e orientações foram fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa. Registro minha admiração pelo rigor acadêmico, profissionalismo e dedicação demonstrados ao longo de todo o processo.

Aos colegas Pascoal Boni Nanque, a pessoa que maior parte da minha trajetória acadêmica, sendo uma pessoas mais importante do meu processo de ensino e aprendizagens somos mais do que colegas, considero irmão; Namir Fernandes Sampa, além de ser colega do curso ele é meu irmão que a UNILAB me concedeu; Face Agostinho Indí e colegas do curso, obrigado pela camaradagem, troca de conhecimento e momentos de descontração, que tornaram esta jornada mais leve e positiva.

E para todos que, de alguma maneira, contribuíram para que eu chegasse até aqui, meu mais sincero obrigado. Cada gesto, palavra de incentivo e orientação foram fundamentais para esta conquista, que também pertence-vos.

RESUMO

A pesca artesanal constitui uma das principais atividades econômicas das comunidades litorâneas, desempenhando papel central na renda de homens e mulheres que dependem dos ecossistemas marinhos e dos manguezais. O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com objetivo de caracterizar a atividade pesqueira da Guiné-Bissau, com suas práticas produtivas, estrutura socioeconômica, políticas públicas e alternativas sustentáveis. A pesca artesanal nas regiões costeiras da Guiné-Bissau permanece tradicional, enfrenta ameaças ambientais e estruturais, como a degradação dos manguezais causada pela rizicultura insustentável e pela exploração de madeira, a sobrepesca, a atuação de frotas estrangeiras ilegais e a poluição dos oceanos. No campo social e econômico, persistem limitações de infraestrutura, mecanização, capacitação, sobretudo entre as mulheres, que têm papel essencial na transformação e comercialização do pescado. Por outro lado, identificam-se experiências importantes de restauração de manguezais, educação ambiental participativa e aquicultura comunitária em regiões como Cacheu, Quinara, Tombali, Bolama e na cidade autónoma de Bissau, apontando caminhos para uma transição sustentável. Conclui-se que a sustentabilidade da pesca artesanal e da soberania guineense depende de políticas públicas integradas, governança participativa e formação técnica contínua, de modo a equilibrar conservação ambiental, crescimento econômico e inclusão social. Preservar a pesca artesanal significa preservar a identidade, a cultura e a soberania alimentar da Guiné-Bissau, projetando um futuro em que tradição e sustentabilidade caminham juntas.

Palavras-chave: “Pesca artesanal na Guiné-Bissau; gestão pesqueira; sustentabilidade marinha; biodiversidade costeira; recursos naturais.

ABSTRACT

Artisanal fishing constitutes one of the main economic activities of coastal communities, playing a central role in the income of men and women who depend on marine ecosystems and mangroves. This work is based on bibliographic and documentary research with the aim of characterizing the fishing activity in Guinea-Bissau, including its productive practices, socioeconomic structure, public policies, and sustainable alternatives. Artisanal fishing in the coastal regions of Guinea-Bissau remains traditional, facing environmental and structural threats such as mangrove degradation caused by unsustainable rice cultivation and timber exploitation, overfishing, the presence of illegal foreign fleets, and ocean pollution. In the social and economic sphere, limitations persist in infrastructure, mechanization, and training, especially among women, who play an essential role in fish processing and marketing. On the other hand, important experiences have been identified in mangrove restoration, participatory environmental education, and community aquaculture in regions such as Cacheu, Quinara, Tombali, Bolama, and the autonomous city of Bissau, pointing to pathways for a sustainable transition. It is concluded that the sustainability of artisanal fishing and Guinean sovereignty depends on integrated public policies, participatory governance, and continuous technical training, in order to balance environmental conservation, economic growth, and social inclusion. Preserving artisanal fishing means preserving the identity, culture, and food sovereignty of Guinea-Bissau, projecting a future in which tradition and sustainability walk hand in hand.

Keywords: *Artisanal fishing in Guinea-Bissau; fisheries management; marine sustainability; coastal biodiversity; natural resources.*

SUMÁRIO

ABREVIACÕES E ACRÔNIMOS	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.2. A Pesca Artesanal na Guiné-Bissau.	14
2.2. “Saberes do Mar: A História da Vida de Salomão Nanque e a Pesca Artesanal na Guiné-Bissau/ Região de Biombo.”	20
3. OBJETIVOS	23
3.1. Objetivo Geral	23
3.2. Objetivos Específicos	23
4. METODOLOGIA	23
5. RESULTADOS	25
5.1 Produtividade da Pesca Artesanal na Guiné-Bissau.	25
5.2. Desafios da Pesca Artesanal: Degradação dos manguezais e impactos sobre as espécies pesqueiras e as comunidades costeiras.	29
5.3. Estratégias de Redução dos impactos e Perspectivas de Sustentabilidade	35
6. DISCUSSÃO	40
7. CONCLUSÃO	44
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

ABREVIACÕES E ACRÔNIMOS

AIS – Automatic Identification System
AMPC Urok – Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok
AMP – Área Marinha Protegida
AP – Área Protegida
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD – Classificação Decimal de Dewey
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CHM – Centro de Intercâmbio de Informações sobre Biodiversidade
CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CV – Cavalo-vapor
DDCS – Departamento de Desenvolvimento Comunitário Sustentável
DGFADP – Direcção-Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GB – Guiné-Bissau
IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
ICEN – Instituto de Ciências Exatas e da Natureza
INEC – Instituto Nacional de Estatística e Censos
INN – Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada
IPM – Instituto Portuário Marítimo
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
ISPA – Índice de Sustentabilidade da Pesca Artesanal
IUCN / UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
MAB – Ministério do Ambiente e da Biodiversidade
MP – Ministério das Pescas
MPEM – Ministério das Pescas e Economia Marítima
ONG – Organização Não Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Parque Nacional de Boé
PND – Parque Nacional de Dulombi
PNC – Parque Nacional de Cantanhez
PNLC – Parque Natural das Lagoas de Cufada
PNMJVP – Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão
PNO – Parque Nacional de Orango
PNTC – Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu
RBABB – Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós
SEPEM – Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SNAP – Sistema Nacional das Áreas Protegidas
UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

VMS – Vessel Monitoring System
WACA – West Africa Coastal Areas
WWF – World Wide Fund for Nature
ZEE – Zona Económica Exclusiva
SD – Sem data (utilizado em referências)

1. INTRODUÇÃO

Guiné-Bissau é um país distribuído em oito regiões: Biombo, Cacheu, Oio, Quinara, Tombali, Bolama, Bafatá e Gabú, inclusive o setor autónomo, Bissau, situado na costa ocidental da África com cerca de 36.125 quilômetros quadrado, fazendo fronteiras com apenas dois países, ambos francófonos: Senegal (ao norte), Guiné-Conacri (ao sul e leste) é banhado pelo oceano Atlântico (a oeste, pelo avanço de marés em época de marés alta a superfície terrestre reduz a 28000 quilômetros ao quadrado (Costa, 1982). Apresenta uma diversidade de grupos étnicos espalhados em três províncias, onde cada um vive com seus costumes e tradições, assim, afirmou Nanque (2021, p.5): “É um país formado por cerca de 40 grupos étnicos de acordo com o último recenseamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística INEC e Censo em 2009”.

A pesca artesanal é uma das principais atividades socioeconômicas da Guiné-Bissau, especialmente nas regiões costeiras. As zonas litorâneas do país são caracterizadas por comunidades que dependem fortemente da pesca artesanal para subsistência e geração de renda. No entanto, este setor enfrenta desafios como a sobrepesca, degradação ambiental, falta de infraestrutura e políticas de gestão ineficientes (Ministério da Pesca, 2023-2027). A pesca artesanal está na posição de uma das atividades mais relevantes para a economia e a cultura das comunidades costeiras da Guiné-Bissau. Fala-se de um sistema lucrativo que, para além de manter a subsistência alimentar, compõe um pilar da identidade social e econômica das populações ribeirinhas e litorâneas (Sá, 2023). Nessas comunidades, homens e mulheres dedicam-se cotidianamente à captura, transformação e comercialização de recursos pesqueiros provenientes de ecossistemas marinhos e estuarinos, como os manguezais, reconhecido mundialmente como ambientes propícios à reprodução e a manutenção da biodiversidade aquática (Cassamá, 2023).

No caso da sociedade guineense, a pesca artesanal contribui para o abastecimento alimentar e a geração de capital, sendo responsável por cerca de 35% das proteínas animais consumidas no país e em torno de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) (Barros et al., 2021). Esses autores destacam que, por mais que tenha o seu papel estratégico definido, o setor depara-se com vários desafios ligados à degradação ambiental, à ausência de infraestrutura adequada, à limitação de políticas públicas específicas e à crescente competição com embarcações industriais estrangeiras. Esses fatores têm causado a redução dos estoques pesqueiros e o aumento da vulnerabilidade socioeconômica da maioria da população que

depende dessa atividade (Cassamá, 2017).

A destruição dos ecossistemas costeiros, particularmente dos manguezais, está entre os problemas mais preocupantes (Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas - Ibap, 2023), devido a exploração madeireira para defumação de pescado, o desmatamento para rizicultura e o descarte de resíduos sólidos e plásticos contribuindo para o perecimento ambiental e a perda de habitats vitais à reprodução de espécies marinhas (Sambú, 2025; Sá, 2017 e Cá, 2023). Segundo o Ibap (2023), mais de 360 mil hectares de manguezais encontram-se sob pressão direta de atividades humanas, o que ameaça não só a biodiversidade, como também a segurança alimentar das populações locais.

Além das pressões exercidas sobre a ecologia local, o setor pesqueiro enfrenta fragilidades institucionais e tecnológicas. De acordo com Ibap (2024), a fiscalização e monitoramento ambiental é insuficiente diante da extensão do território marítimo nacional, e a formação técnica dos pescadores ainda é limitada, o que restringe a adoção de práticas sustentáveis e o acesso a políticas de crédito e capacitação para mulheres e jovens.

Do ponto de vista sociocultural, há na pesca artesanal uma subdivisão tradicional no exercício de certas tarefas, nas quais a maioria dos homens são responsáveis pela captura direta e as mulheres exercem funções centrais na transformação e comercialização do pescado (Teixeira, 2022). Estudos de Sá (2023) e Cassamá (2024) evidenciaram que o trabalho feminino nas feiras e nos processos de salga e defumação é essencial para a sustentabilidade do setor. Essa característica de gênero descreve a importância de reconhecer a pesca artesanal como uma atividade socialmente complexa, que integra saberes tradicionais, cooperação comunitária e forte valor simbólico (Fernandes, 2014).

A partir desse cenário, percebe-se que a pesca artesanal tem um papel central no setor produtivo, que articula dimensões ambientais, econômicas e culturais. Diante do exposto, é perceptível que o equilíbrio entre essas dimensões depende de políticas públicas eficazes, da aceitação dos conhecimentos locais e da adoção de práticas sustentáveis nas quais asseguram a continuidade dos recursos pesqueiros para as próximas gerações (Camila, 2019).

A situação torna-se ainda mais preocupante diante das mudanças climáticas e do desmatamento desordenado, que reduzem a disponibilidade de recursos marinhos essenciais para o crescimento econômico. Diante desse contexto, torna-se de caráter urgente fomentar políticas públicas que atendam a uma gestão sustentável do setor de pesca nacional, ao ordenamento do uso de bolanhas (Áreas de acúmulos de areia, lama ou detritos em águas rasas ou manguezais), uma fiscalização ambiental efetiva e promover a educação

socioambiental nas comunidades locais.

Diante do exposto, esse trabalho pretende contribuir para o debate sobre a importância da pesca artesanal no desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau. A pesquisa se fundamenta em análises teóricas e revisão bibliográfica, buscando compreender como políticas públicas, conservação dos ecossistemas marinhos e valorização das comunidades tradicionais podem fortalecer a sustentabilidade das atividades pesqueiras. Além disso, procura fornecer subsídios para gestores ambientais, organizações não governamentais e políticas públicas para um manejo participativo dos recursos pesqueiros. Outro ponto central é a análise das estratégias comunitárias de conservação e proteção dos recursos pesqueiros que fortalecem a atividade socioeconômica das populações litorâneas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.2. A Pesca Artesanal na Guiné-Bissau.

A pesca artesanal é conhecida como a prática mais antiga desde o período neolítico (Diegues, 1999). Cerca de noventa por cento (90%) dos guineenses praticam a pesca artesanal, limitada ao seu espaço de prática desde: lagos, rios, mares até 22,2 mil quilômetros da terra firme (Ministério da pesca, 2023). Entre os equipamentos usados dependem das espécies-alvos, podendo ser anzóis, canoas, malhas, etc (Sá, 2017).

Muitos antes da ocupação portuguesa, as comunidades costeiras da guineense já tinham um sistema de pesca baseado em saberes tradicionais transmitidos oralmente. Os pescadores usavam canoas escavadas, redes trançadas com fibras vegetais e técnicas que seguiam o ritmo das marés. Essa prática era coletiva, sustentável e integrada à vida comunitária, refletindo o equilíbrio entre o homem e o ambiente marinho. Além de garantir o alimento, a pesca também possuía um valor simbólico e social (Cabral, 1978). Estudos acadêmicos destacam que a pesca artesanal na Guiné-Bissau apresenta uma dinâmica complexa e multifatorial, envolvendo fatores socioculturais, econômicos e ecológicos, o que evidencia a necessidade de uma abordagem voltada para a sustentabilidade. (Sá, 2017).

De acordo com estudos sobre a configuração territorial da Guiné-Bissau, o país apresenta uma das zonas costeiras mais complexas e ricas em biodiversidade da África Ocidental, composta por extensos manguezais, deltas e mais de 80 ilhas no arquipélago dos bijagós interligadas por rios navegáveis (Cardoso, 2012). Essa geografia, moldada pela zona conjunta de águas salgadas do Atlântico e doces dos rios interiores, formou um ambiente favorável para o desenvolvimento da pesca artesanal e da coleta de mariscos, práticas que há

séculos garantem a subsistência das comunidades litorâneas guineense (Barri, 2008). Esta área é caracterizada por uma extensa zona costeira composta por manguezais, rios navegáveis e o Arquipélago dos Bijagós (Carvalho e Madeira, 2009). Para Costa (1982), essa configuração geográfica confere ao território uma das maiores biodiversidades marinhas da região da África Ocidental e sustenta a importância da pesca artesanal como atividade central nas comunidades litorâneas.

A luta pela independência da Guiné-Bissau, liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), marcou profundamente a história nacional, resultando na proclamação de independência em 24 de setembro de 1973 após um prolongado período de resistência ao domínio colonial português. Durante o período colonial português, a Guiné-Bissau foi uma região estratégica nas rotas de comércio atlântico e sofreu intensa exploração de recursos naturais e humanos. Apesar disso, as populações costeiras mantiveram suas formas tradicionais de organização, baseadas na pesca, na agricultura e no comércio local. Após a independência, proclamada em 1973 e reconhecida em 1974, essas práticas continuaram a ser elementos essenciais da economia e da identidade cultural guineense, refletindo a resistência e a continuidade dos modos de vida tradicionais (Cabral, 1978).

A Guiné-Bissau possui reservas hídricas significativas cerca de 13.820 milhões m³ de águas superficiais e 1.756 milhões m³ de águas subterrâneas, mas enfrenta vulnerabilidade e gestão desigual, o que reforça a necessidade de políticas integradas de recursos hídricos (Ié, 2018). O diagnóstico realizado por Barros et al. (2021) mostra que a pesca artesanal representa uma base essencial na economia do país, apresenta cerca de 6% do PIB e fornece em torno de 35% das proteínas animais consumidas no país, mas as capturas sofreram redução de 2011 a 2017, sendo esta atividade a que garante empregos para mais de 120 mil pessoas, a maioria formada por mulheres. O Ministério das Pescas (2023), estima uma produção anual de cerca de 14.000 toneladas, representando importante contribuição à segurança alimentar e à geração de renda nas comunidades costeiras e ribeirinhas.

Segundo Camila (2021), a principal técnica de captura é a rede de linha (76%), seguida pela armadilha (iabal), pela rede de arremesso (tarrafa) e pela pesca à linha de mão e anzol. Ainda ressalta que a faixa etária predominante dos pescadores varia entre 20 e 49 anos, e muitos iniciam a atividade ainda na adolescência. Teixeira (2022), descreveu em seu estudo na cidade de Bissau que há mais homens atuando na pesca direta, e que as mulheres atuam mais na venda ou comercialização nos mercados nacionais dos pescados. Há também outras formas existentes de pesca artesanal praticada para a subsistência ou para manter a

alimentação da comunidade, e podem ser identificadas como atividades pesqueiras que vão desde a extração com uso das mãos até uso de alguns equipamentos modernos, de pequena comercialização, mas que com ela, muitos conseguem garantir sua renda (Sá, 2017 e Camila, 2021).

O Decreto-Lei nº 10/2011 da Guiné-Bissau estabelece que qualquer atividade de pesca comercial, exceto a de subsistência, só pode ser realizada formalmente com licença de pesca e com embarcações inscritas ou autorizadas pelo Ministério da Pesca (MP) e pelo Instituto Portuário Marítimo (IPM). O Ministério da Pesca determina que a pesca artesanal seja regulada dentro do perímetro autônomo pelo Decreto nº 24/2011, que define tipos de licenças para embarcações nacionais e estrangeiras, além das condições para obtê-las. A fixação das tarifas foi feita pelo Despacho nº 03/2016, dependendo da capacidade da canoa (desde sem motor até 60 CV, das espécies alvos, com restrições nas zonas a depender da potência da embarcação (Barros et al, 2021):

➤ Potência do motor (sem motor, até 15 CV, 16–40 CV, 41–60 CV); essa tem como espécie alvo (peixes, crustáceos, cefalópodes), pois a há limites periódica, ainda acréscimos de 5% para licenças trimestrais e 3% para semestrais (Ibidem, 2021).

➤ No âmbito geográficos há restrições nas zonas de operação de alta periodicidade. Por isso, são delimitadas conforme as potências de canoas ou pirangas, respectivamente: Águas continentais (até 15 CV), águas interiores (16–40 CV) e mar territorial (41–60 CV), cujo comprimento não ultrapasse dezoito (18) metros (Ibidem, 2021).

As figuras 1 e 2 mostram as embarcações típicas usadas na pesca artesanal na Guiné-Bissau.

Figura 1 – Exemplos de embarcações típicas (Sem motor) da frota pesqueira artesanal na Guiné-Bissau. A. Piroga ou canoa monóxila. B. Piroga de origem senegalesa.



Fonte: Elaboração por Sá, 2017.

Figura 2 – Embarcações típicas da frota pesqueira artesanal com maior potência de 41-60 CV (cavalos-vapores) no porto de desembarque, Bissau (Badim).



Fonte: Ministério da Pesca da Guiné-Bissau, Pirongas de Pesca Artesanal, 2016.
(<https://www.pescas.gw>)

A pesca artesanal por estrangeiros só é permitida em casos específicos: por meio de cláusulas de acordos internacionais (como com o Senegal, Guiné-Conacri e outros países da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), ou quando se trata de pescadores pertencentes à UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental) ou comunidades vizinhas, desde que vigorem nos estatutos legais e sejam membros de organizações de pescadores (Barros et al, 2021). Segundo Sané (1996), o quadro das embarcações de pesca nacionais deve pertencer a cidadãos guineenses ou a entidades sediadas no país, como forma de fortalecer a soberania sobre os recursos aquáticos e priorizar o desenvolvimento das comunidades locais. Esses preceitos beneficiam a pesca artesanal e abrem caminho para políticas de gestão sustentável e inclusão social no setor. As embarcações são determinadas conforme estabelece a lei da pesca.

“Na pesca, a piroga é conduzida por uma tripulação de homens, hierarquicamente organizados – capitão, pescadores, aprendiz, que pode ir de 4 a 10 pessoas na Guiné-Bissau, mas que em certos países, como Gana, pode atingir, para certo tipo de pesca, entre 40 a 50 pessoas. Na pesca artesanal, a piroga dedica-se sobretudo às espécies demersais, seláceas e pelágicas. A pesca artesanal tem vindo a incorporar algumas inovações técnicas, tais como certos tipos de redes, novas técnicas de refrigeração e, sobretudo, a motorização com a introdução de motores fora de bordo”. (Fernandes, 2014, p. 77).

O Plano Estratégico do Desenvolvimento das Pescas da Guiné-Bissau (2015–2020) destacou cinco áreas litorais prioritárias da pesca artesanal: Bissau, Cacheu, Cacine, Ondame e Uracane (Sá, 2017) (Figura 3).

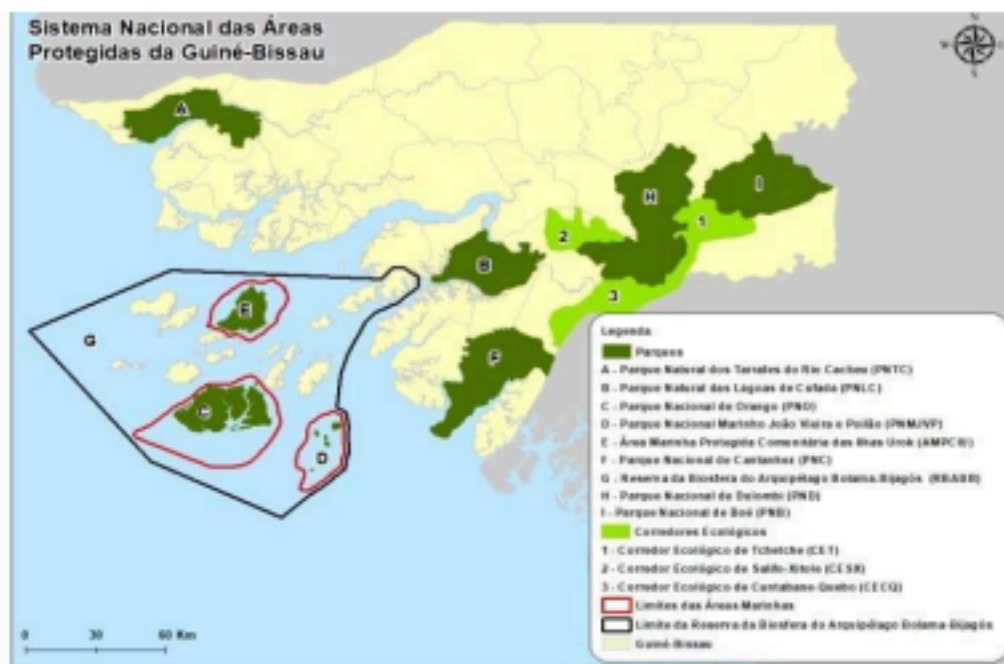
Figura 3 - Mapa da Guiné-Bissau apresentando as áreas prioritárias da pesca artesanal segundo o Plano Estratégico do governo (2015-2020).



Fonte: Adaptado por Sá (2017).

Segundo Camará (2023) e Ibap (2011), a República da Guiné-Bissau compõe uma vasta rede de áreas protegidas que inclui parques naturais, reservas da biosfera e zonas marinhas comunitárias, com o objetivo de conservar a diversidade biológica do país. Essa rede cobre cerca de 12% do território nacional, podendo chegar a mais de 30%, incluindo a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós, conhecido como Rede Regional de Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental (**RAMPÃO**). Entre as áreas de destaque estão o Parque Nacional de Orango, o Parque Nacional Marinho João Vieira e o Poilão, o Parque Natural do Rio de Cacheu, o Parque Natural das Lagoas de Cufada e o Parque Nacional de Cantanhez (Ibap, 2023) (Figura 4).

Figura 4 – Mapa apresentando o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) que cobre uma superfície total de cerca de 470.000 hectares (15% do Território Nacional) sob a responsabilidade administrativa do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). Dois terços da superfície protegida correspondem a espaços marinhos ou estuarinos.



Fonte: <https://ibapgbissau.org> /Ibap, 2023.

O Parque Natural dos Tarrafas do Rio Cacheu e o Parque Natural Lagoas de Cufada (PNLC), criados em 2000, são considerados os de maior extensão do país. O parque do rio Cacheu foi criado para proteger importantes ecossistemas, principalmente o maior bloco de manguezal contínuo da África Ocidental e visou conservar essa área única e suas paisagens naturais, integrando florestas, savanas e comunidades locais que cultivam arroz por meio de técnicas ancestrais (Ibap, 2023). O Parque de Cufada foi criado com a mesma lógica, tem um papel fundamental para a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade da Guiné-Bissau, cobre uma área de aproximadamente 89% (Camará, 2023). A figura 5 apresenta os mapas do Parque Natural do Rio Cacheu (A) e o mapa do Parque Natural das Lagoas de Cufada (B).

Figura 5 - Mapas dos dois principais parques naturais da Guiné-Bissau. No mapa A, representa o Parque Natural do Rio Cacheu, localizado na região noroeste do país, caracterizado por extensas áreas de mangues e elevada biodiversidade aquática e terrestre e no mapa B, ilustra o Parque Natural das Lagoas de Cufada, situado na região sul, reconhecido pela presença de lagoas permanentes e sazonais que sustentam diversas espécies de aves, peixes e mamíferos.



Fonte: Ibap, site oficial: <https://ibapgbissau.org>, acessado em: 03/10/2025.

2.2. “Saberes do Mar: A História da Vida de Salomão Nanque e a Pesca Artesanal na Guiné-Bissau/ Região de Biombo.”

Para fins de contextualização temática do trabalho, trago um breve relato sobre a minha história de vida e experiência de pesca artesanal, frequente nas regiões litorâneas do país, mas pouco tratada nas literaturas, pois trago aqui a experiência de quem nasceu e viveu a realidade da pesca no país.

Desde a infância, eu, Salomão Nanque cresci às margens do mar e dos rios de Bijimita da Guiné-Bissau, onde a pesca artesanal é mais do que um ofício: é uma herança ancestral que une as pessoas ao ritmo da natureza nas comunidades costeiras da região de Biombo. Na adolescência, aprendi os dois principais tipos de pesca artesanal: a pesca de peixes e a captura de caranguejos, conhecidos no Brasil como siris. Para pescar peixes, os pescadores utilizavam anzóis de tamanhos variados, escolhidos conforme o tipo de peixe desejado. Um fio de náilon fino e resistente era amarrado a uma boia no meio da corda, entre os anzóis e a vara de suporte. Essa boia tinha a função de indicar quando um peixe morde ou puxa a isca. As iscas variam desde minhocas usadas para pescar “bentaninhas” e peixes pequenos, enquanto peixes menores serviam de isca para capturar espécies maiores do rio ou no mar .

Durante a pesca, era comum entoar canções tradicionais. Cada região tinha o seu canto próprio, e essas melodias, transmitidas oralmente, serviam não só para dar ritmo ao trabalho, mas também para atrair os peixes, como se o mar entendesse a língua dos pescadores. Levávamos baldes ou bacias para guardar o pescado e usávamos canoas

simples de madeira, conduzidas com remos, especialmente nos rios e nas áreas de forte maré.

A segunda prática, a captura de caranguejos, exigia mais cuidado. Os caranguejos podem morder com força, por isso os pescadores usavam pequenas redes para capturá-los com segurança. Essa arte era mais praticada pelos rapazes adolescentes, que aprendiam a destreza e a coragem exigidas pelo ofício. Já as mulheres desempenhavam um papel essencial na coleta de ostras e na pesca em grupo. Munidas de catanas, elas retiravam as ostras dos manguezais e usavam redes circulares para capturar peixes, especialmente durante a subida e a descida das marés ou nas águas calmas dos lagos. Essas atividades femininas eram realizadas em grupo, marcadas por canções, risos e cooperação, tornando-se também um momento de convívio e união comunitária. Como ilustra a figura 6 logo abaixo.

Figura 6 - Momento da pesca realizada pelas mulheres realizadas em grupo.



Fonte: Fernando Casimiro (Didinho)-10-02-2007. Disponível: em: <https://www.didinho.org/Arquivo/PARA%20LA%20DA%20PESCA.htm>

Outro método amplamente utilizado era da armadilha conhecida como “Cambua”. Essa engenhoca feita de ramos de palmeira trançados, tinha formato cônico e apenas uma entrada. Os peixes e outras espécies aquáticas podiam entrar, mas não conseguiam sair. Dentro da armadilha havia uma pequena porta, construída de modo a permitir apenas a passagem em um sentido. A Cambua era colocada em águas paradas, lagos ou enseadas, especialmente por homens experientes, e representava uma das formas mais engenhosas de

pesca coletiva. A figura 7 traz uma imagem da cambua quase idêntica, só diferindo no material fabricado, feita de cana de bambu e a nacional é feita de ramo de palmeira.

Figura 7 - Imagens ilustrativa de armadilha cambua semelhante a usada nas atividades da pesca na Guiné-Bissau



Fonte: <https://www.coletivoliquidaacao.com/single-post/2017/06/19/a-arte-das-armadilhas>

As armadilhas artesanais, com suas belas formas (oblongas e curvilíneas de fora, de funis por dentro) sempre me aparecem como objetos altamente estéticos. Os jequiás do rio ainda hoje são feitas com matérias naturais (construídas em taquara ou ubá, um tipo de bambu que cresce na margens do rio) e assim “biodegradáveis” contrastam com as redes “modernas” de nylon, um material utilizado massivamente para a confecção das redes a partir dos anos 1980.

As épocas de maior movimento nas comunidades costeiras eram durante as luas nova e cheia, quando as marés se elevam e os peixes migram do oceano para os rios. Nessas fases, as aldeias ganhavam vida: homens, mulheres e jovens reuniam-se ao som das canções de pesca, e o trabalho tornava-se uma celebração da natureza. A pesca artesanal, além de garantir a subsistência, também servia à comercialização, sustentando famílias e fortalecendo laços sociais. Desde cedo, as crianças eram ensinadas a nadar, a ler as marés e a compreender o mar como um aprendizado que unia corpo, mente e espírito.

Para mim, essas práticas representam a essência da vida na Guiné-Bissau: um equilíbrio entre o homem e o mar; entre o conhecimento e a intuição. As canções, as redes, as plantas e as marés são expressões de uma sabedoria ecológica transmitida por gerações.

A pesca artesanal não é apenas um meio de sobrevivência, mas um modo de existir em harmonia com a natureza, representando um patrimônio cultural e espiritual que revela a alma de um povo.

Assim, a minha história não é apenas a lembrança de um tempo de juventude, mas um testemunho vivo da relação ancestral entre os guineenses e o mar. Uma tradição que ensina que o verdadeiro valor da pesca não está apenas no peixe capturado, mas no respeito pela natureza, na partilha do alimento e na continuidade de um saber que flui, como as marés, de geração em geração.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Caracterizar a pesca artesanal em regiões litorâneas da Guiné-Bissau.

3.2. Objetivos Específicos

➤ Descrever as principais práticas produtivas da pesca artesanal em regiões litorâneas da , incluindo técnicas utilizadas, espécies-alvo, instrumentos e organização do trabalho. ➤ Identificar os principais impactos na degradação dos ecossistemas, especialmente nos manguezais, nas espécies pesqueiras e para os pescadores locais.

➤ Relatar as experiências integradas de restauração de manguezais e desenvolvimento de sistemas de aquicultura comunitária nas regiões litorais como alternativas sustentáveis à pesca artesanal nas áreas costeiras.

4. METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, baseado exclusivamente em uma revisão bibliográfica. A pesquisa busca analisar e sintetizar as literaturas já produzidas sobre o tema. Foram utilizados como base, artigos científicos, livros, dissertações, legislações, relatórios de instituições ambientais e governamentais com políticas públicas. A pesquisa buscou fontes que apresentassem informações pertinentes sobre os principais pontos que norteiam a pergunta principal do trabalho. Como se caracterizam as práticas da pesca artesanal nas regiões litorais da Guiné-Bissau, e quais são os principais desafios e perspectivas para garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros locais?

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado,

constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas” (Gil, 2002, p. 3).

As fontes foram pesquisadas nas principais plataformas de busca de materiais acadêmicos e científicos reconhecidas, como o portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, além da Plataforma do IBAP e do Ministério da Pesca, com intuito de incluir documentos governamentais, planos estratégicos, estatísticas e relatórios oficiais já disponíveis. Também foram consultadas publicações de organizações internacionais, com destaque para relatórios, e boletins da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a qual destaca esclarecimentos técnicos e políticos sobre a pesca e a aquicultura no quadro global.

Inicialmente, foram estabelecidas descrições e palavras-chave como: "Pesca artesanal na Guiné-Bissau", "gestão pesqueira", "sustentabilidade marinha", "biodiversidade costeira", "recursos naturais". As palavras chaves usadas na busca foram em sua maioria combinadas com a palavra “Guiné-Bissau” para concentrar nos estudos específicos da soberania. Também foram combinadas com nome da zona litoral quando se destaca especificamente uma área das regiões costeiras do país. Quanto ao período, foram priorizados trabalhos publicados nos últimos vinte anos, apesar de fontes mais antigas terem sido incluídas devido sua importância histórica ou teórica e o estudo foi iniciado em junho de 2025, período destinado à construção do referencial teórico e à delimitação do problema de pesquisa.. Não foram encontradas fontes ou publicações na plataforma SciELO que apresentaram relação direta com o tema e foram excluídas da análise. Ao longo da pesquisa foi realizado um fichamento de leitura para cada fonte selecionada, descrevendo o título e autor, tipo de documento, ano de publicação, objetivos do estudo, metodologia empregada, principais resultados e contribuições teóricas ou práticas.

5. RESULTADOS

O quadro abaixo sintetiza os principais resultados achados sobre a pesca artesanal, evidenciando sua relevância socioeconômica, as técnicas tradicionais de captura, a importância ecológica dos manguezais e os desafios ambientais enfrentados pelo setor.

Também são destacados a redução dos estoques pesqueiros, as limitações institucionais e legislativas, os níveis de sustentabilidade, os riscos e pressões externas, os impactos das mudanças climáticas, as desigualdades de gênero, a necessidade de tecnologias de monitorização e a urgência de políticas públicas integradas, conforme apontado pelos estudos e documentos oficiais analisados.

Quadro-1: O quadro apresenta a síntese dos principais achados da literatura e de documentos institucionais sobre a pesca artesanal, organizados por categorias analíticas, com destaque para aspectos socioeconômicos, ecológicos, institucionais, ambientais e de governança.

Categoria de Resultado	Principais Achados	Autores Citados
Importância socioeconômica da pesca artesanal	Representa cerca de 6% do PIB e fornece 35% das proteínas animais consumidas no país. Gera emprego para mais de 120 mil pessoas, sobretudo mulheres.	Barros et al. (2021).
Técnicas e práticas de captura	Predomina a técnica de rede de linha (76%). Também são utilizadas armadilhas (“iabal”), tarrafas e anzóis. Homens atuam majoritariamente na captura; mulheres na transformação e comercialização.	Camala (2021); Teixeira (2022).
Caracterização ecológica	Manguezais e zonas estuarinas são essenciais para a reprodução, abrigo e manutenção da biodiversidade de espécies marinhas.	Cassamá (2023).

Desafios ambientais	Degradação dos manguezais, desmatamento, resíduos plásticos, poluição marinha e perda de habitats costeiros.	Sambú (2025); Sá (2017); Cá (2023).
Redução dos estoques pesqueiros	Queda nas capturas entre 2011 e 2017 e aumento da pressão de frotas industriais estrangeiras.	Barros et al. (2021); Cassamá (2017).
Situação institucional e legislativa	Licenciamento regulado pelos Decretos nº 10/2011 e nº 24/2011; persistem dificuldades na fiscalização e no cumprimento das políticas.	Ministério da Pesca (2023); Sané (1996).
Sustentabilidade indicadores	ISPA = 0,657, indicando sustentabilidade média, com bom desempenho nos pilares ecológico e social e fragilidades nos pilares econômico e tecnológico.	Sá (2017).
Riscos e pressões externas	Pesca INN, sobrepesca, “pesca fantasma” e destruição de habitats marinhos.	Teixeira (2022); CNUDM (1982).
Poluição marinha e mudanças climáticas	Resíduos sólidos, petróleo, erosão costeira, salinização e elevação do nível do mar afetam comunidades e ecossistemas	Sambú (2025).

Questões de gênero	Mulheres (“bideiras”) são fundamentais na transformação e comercialização do pescado, porém permanecem pouco valorizadas nas políticas públicas.	Cassamá (2024); Sá (2023).
Tecnologias de monitorização	Necessidade de investimento em VMS, AIS e sistemas modernos de fiscalização.	Ministério da Pesca (2023–2027).
Governança e políticas públicas	Urgência de políticas integradas, educação ambiental e co-gestão participativa.	IBAP (2024).
Impacto dos manguezais	Mais de 360 mil hectares sob pressão; manguezais são fundamentais para a proteção costeira e a reprodução de espécies.	IBAP (2023).

Fonte: Autor, 2025.

5.1 Produtividade da Pesca Artesanal na Guiné-Bissau.

Por fim, a pesca artesanal na Guiné-Bissau integra um sistema produtivo complexo, que une práticas tradicionais de captura e processamento, formas de organização comunitária e sindical de base, espécies-alvo (tainhas, djafal, mariscos e camarões...), instrumentos (pirogas, artes de pesca tradicionais, técnicas de transformação) e divisão de papéis por gênero, demonstrando a riqueza e a diversidade dessa atividade (Ministério da Pesca, 2023-2027 e Sá, 2017). Segundo Sá (2017), uma das técnicas mais utilizadas pelas mulheres é a combinação da salga e secagem e a defumagem (processo em que os peixes são dispostos em cima de uma estrutura feita de tijolo e concreto e expostos a fumaça liberadas pela queima de carvão vegetal), conforme mostrado na figura 6. No entanto,

alguns subprodutos do pescado podem ser submetidos a tratamentos típicos. O processamento pós-captura, baseado em salga, defumação e secagem, garante a conservação de longo prazo do pescado e sustenta a economia familiar (Fernandes, 2014; Sá, 2023) (Figura 8).

Figura 8 – Processamento do pescado no rio Buba, por meio das técnicas de salga e secagem (A) e defumagem (B).



A

B

Fonte: Elaborado por Sá, 2017.

Outro exemplo da atividade feminina da pesca artesanal, são as mulheres pertencentes à etnia Felupe, uma das etnias do país da comunidade de São Vicente, região de Cacheu, Guiné-Bissau. Elas exercem a pesca e a extração de mariscos, como ostras, e para tanto, usam vestuários compridos para se protegerem das picadas de insetos, e armazenam as pescas (ostras) até seu tratamento, secagem e venda (Cassamá, 2024). A figura 9 traz uma imagem representando as mulheres felupes na pesca das ostras.

Figura 9 - Mulheres felupes trazendo a pesca (ostras) para armazenamento e processamento.



Fonte: Cassamá, 2023.

Fernandes (2014), ressalta que a transformação do peixe nas comunidades pesqueiras na região de Biombo realiza-se, mediante as práticas tradicionais conhecidas localmente como *fumado plano*, *escadaria* e *cassequê*, os mesmos são aplicados na conservação de mariscos e crustáceos. Além de fonte alimentar, estes são vastamente utilizados como temperos em pratos típicos guineenses, como "djorontce cuntchurbedja". Nas feiras e mercados da região, são vendidos sob medidas tradicionais, como a "muntu" (quantidade equivalente a tamanhos de uma mão) ilustrado na (Figura 10), ora em recipientes de plástico, ora em pano estendido, nas esteiras ou mesas improvisadas, medidos em canecas (Ibidem, 2014).

Figura 10 - Marcação de peixe em "muntu" por mulheres bideiras no mercado do Caracol, Bissau.



Fonte: publicado em site oficial de democrata <https://www.odemocratagb.com/?p=21273>, 2019.

A tradição reflete-se nas técnicas ancestrais e nas relações socioambientais que as comunidades mantêm com os biomas locais (Camala, 2021). Para Teixeira (2022), o Ministério da Pesca reconhece que a carpintaria naval e a fabricação de pirogas são saberes transmitidos entre gerações, formando parte das raízes do conhecimento comunitário. No quadro institucional, a pesca artesanal possui representação através de organizações socioprofissionais, como a Associação Nacional de Armadores da Pesca

Artesanal (ANAPA), que atua na proteção ambiental, fiscalização e defesa dos direitos dos pescadores (Ministério da Pesca, 2023).

Com base nessa caracterização, observa-se que a produtividade da pesca artesanal depende tanto das condições ecológicas quanto da organização social das comunidades (Barros et al, 2023). A Guiné-Bissau, país insular da África Ocidental, possui condições ambientais favoráveis à diversidade aquática, clima tropical bem definido, ecossistemas costeiros e rios extensos (Ibap, 2021). Para Ié (2018), há séculos, os povoados praticam a pesca artesanal como ato cultural, para fins alimentares e comerciais.

Com base no processo histórico, Júnior et al. (2019) e Camala (2021) apontam que as práticas produtivas dos pescadores artesanais em Cacheu baseiam-se em métodos tradicionais de baixo impacto, como redes de linha e armadilhas, associando o conhecimento local transmitido por gerações ao respeito pelos ciclos naturais. Tais práticas evidenciam a importância do saber tradicional como elemento essencial para a manutenção da pesca sustentável e da coesão comunitária (Mané, 2021).

De acordo com Teixeira (2022), as espécies mais pescadas incluem camarões (crustáceos), cefalópodes, peixes demersais e pelágicos (Figura 11), e a maior parte da captura industrial é destinada à exportação para o mercado euroasiático. O autor ainda observa que, apesar da importância econômica, o país ainda enfrenta limitações estruturais e tecnológicas, resultantes do uso de métodos tradicionais e da falta de políticas públicas efetivas.

A figura-11 abaixo representa as biodiversidades mais pescadas ou comercializadas no país.



Fonte: Ministério da pesca, 2016. Disponível em : <https://www.pescas.gw/potencialidades.php>, acessado: 05/10/ 2025.

5.2. Desafios da Pesca Artesanal: Degradação dos manguezais e impactos sobre as espécies pesqueiras e as comunidades costeiras.

Apesar da relevância social e econômica da pesca artesanal, o setor enfrenta sérios desafios. Sá (2017) define o Índice de Sustentabilidade da Pesca Artesanal (ISPA) como um indicador que integra dimensões ecológicas, econômicas, sociais, tecnológicas e institucionais, variando de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a sustentabilidade.

Os principais desafios incluem a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN), a fragilidade de monitoramento e a carência de formação técnica e recursos financeiros (Barros et al., 2021; Mendes, 2023 e Ibap, 2021). Ainda persiste a notificação incorreta de capturas, embarcações estrangeiras não autorizadas, o uso de apetrechos proibidos e a pesca em áreas de defesa comprometem o equilíbrio ambiental e social (Ibap, 2023; Correia júnior, 2023 e Embaló, 2021). O relatório recente do Ibap (2023) revela práticas ilícitas das áreas protegidas, entre as quais, foram realizadas 142 missões de fiscalização marítima e apreendidas 68 pirogas nos limites das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) e organizadas reuniões com os pescadores sobre as regras de utilização dos recursos (pesca, recursos florestais, fauna, moluscos)”(Ibap, 2023, p. 11). Uma das razões de não atingir o número total de missões previstas (312 missões) foi devido aos escassos recursos humanos na instituição, equipamentos modernos de qualidade para monitorização/fiscalização e partilha de informações (Ibap, 2023). Devido essas situações, o quinto objetivo da fiscalização marítima realça a importância de o

IBAP criar cooperação com parcerias institucionais como a FISCAP (Instituto Nacional de Fiscalização das Atividades de Pesca), ANAPI (Associação Nacional dos Armadores e Industriais de Pesca), Direção das Pescas, imigração e autoridades locais, essenciais para a governança e êxito da fiscalização mediante os protocolos que determinam as responsabilidades de uso canal de partilha de informações e ações conjuntas, assim como as reuniões anuais facilitarão avaliar resultados e ajustar estratégias (Ibap, 2024).

De acordo com Artigo 61º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982 esclarece o assunto de conservação dos recursos vivos na zona Económica Exclusiva (ZEE) em que é de competência do estado costeiro a quem define os seus níveis de captura na ictiofauna na base de dados científicos disponíveis naquela áreas de exploração assim, garantido uma pesca sustentável (CNUDM, 1982). Nessa perspectiva, as medidas a serem aplicadas devem regularizar a atuação dos nacionais da pesca artesanal e cooperação internacional a partir dos órgãos sub-regionais para a pesca de grande escala (industrial) (Sané, 1996). Tudo isso é para manter a política de exploração responsável, garantindo os níveis ecológicos em equilíbrio, as medidas não devem considerar as espécies alvos, mas sim as dependentes (Ibap, 2011). Por outro lado, enfatiza o reconhecimento das necessidades das comunidades de regiões costeiras pois estas dependem da pesca e da participação comunidade da lusofonia, reforçando a segurança, isso torna-se relevante, pois busca trazer de perto a equidade social (CPLP, 2022; Nakamura e Amador, 2022).

Teixeira (2022), demonstra os impactos nas práticas de pesca tanto artesanal quanto industrial, destacando-se: 1) sobrepesca que dispõe uma repetição de pesca das espécies-alvos, 2) captura accidental de espécies indesejáveis, contribuindo para o desequilíbrio ecológico da marinha local, 3) destruição de habitat as áreas de refúgios e reprodução, levando a destruição de corais, recifes e outras espécies no fundo do mar ou oceano, 4) pesca fantasma que usa armadilhas por dias, levando ao aumento da mortalidade de espécies não alvos e 5) poluição marinha devido às atividades petrolíferas e resíduos plásticos e tóxicos ao organismo, entre outros.

Conforme o Sambú (2025), o impacto emergente no país está ligado à poluição marinha que constitui um dos maiores desafios ambientais enfrentados nas últimas décadas, principalmente na cidade do setor autónomo de Bissau (S.A.B), onde o manejo de resíduos sólidos é inapropriado, em particular os plásticos, ameaçando a biodiversidade e a saúde pública. Esses fatores reduzem os recursos pesqueiros,

aumentam a pobreza ecológica e econômica. Além disso, a falta de infraestrutura, portos artesanais, refrigeração e unidades de conservação acentuam a vulnerabilidade das comunidades como também persiste a competição com frotas industriais estrangeiras, a migração de pescadores de países vizinhos, o baixo investimento tecnológico e a fragilidade institucional no gerenciamento pesqueiro (Settin e Pp consult, 2023; Sá, 2017). Segundo Camala (2021), há também tensões entre a pesca artesanal e a industrial: embora a comunidade aceite a necessidade de preservação, considera injusto quando estabelece o período defeso apenas para pequenos pescadores enquanto grandes embarcações continuam operando pela mesma zona em decreto.

O Ministério das Pescas, responsável pelo ordenamento e fiscalização, enfrenta limitações materiais e de pessoal qualificado, o que enfraquece o controle e a aplicação da legislação (Barros, Carvalho e Menut, 2021). Dentro do perímetro do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) planejou coordenar as medidas necessárias à conservação, contudo registou grandes limitações financeiras e humanas (Correia Júnior, 2023). A base de criação deste parque foi preservar uma das maiores áreas contínuas de manguezais da África Ocidental e fomentar o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, carece de planos de manejo e de uma gestão efetiva que envolve as comunidades locais. Estima-se que cerca de 92% dos entrevistados no campo de pesca, acreditam que as comunidades não são consultadas nos processos de gestão ambiental, e 68% se dizem insatisfeitos com a forma que as autoridades públicas trabalham (Rabelo et al., 2018). Entre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, destacam-se: Desafios nas precariedades na área de trabalho, relatos de riscos físicos, escassez de equipamentos adequados e falta de acesso a infraestrutura de qualidade (estradas, transporte, armazenamento). A divisão de gênero do trabalho e o machismo estrutural que é registrado na soberania do país limitam a presença das mulheres em espaços de decisão e aceitação pública (Cassamá, 2023 e Sá 2023).

Outro ponto crítico é o impacto das mudanças climáticas, com aumento da temperatura, irregularidade das chuvas, elevação do nível do mar e erosão costeira, que ameaçam aldeias e reduzem as áreas agrícolas (Setin e Pd consult, 2023). Assim, os desafios da pesca artesanal na Guiné-Bissau revelam a necessidade urgente de políticas públicas integradas, valorização dos saberes locais, e fortalecimento institucional para garantir a sustentabilidade ecológica, econômica e social das comunidades pesqueiras (Rabelo, 2018).

No geral os manguezais são definidos como ecossistemas costeiros de transição, visto que ligam os ambientes terrestres e o marinho, com distribuição predominante em regiões tropicais e subtropicais, sujeitos às marés, com características de adaptação aos solos alagados, lamacentos e ricos em matéria orgânica, e vegetação adaptada a solos salinos e com baixo teor de oxigênio (Infandé, 2023). Quando se usa o termo "manguezal" se atribui a todo o ecossistema (plantas, fauna, solo e água), enquanto "mangue" designa apenas as plantas (vegetais) (Vannucci, 2003). Como relata Ngoma (2022, p. 20):

“Boa parte dos animais que nascem no manguezal vivem para sempre nos mangues, enquanto outros passam apenas parte de sua vida no bioma. Os principais habitantes dos mangues são os peixes, moluscos e crustáceos, entretanto, o ambiente também abriga répteis, mamíferos e criaturas microscópicas tais como: caranguejo, ostra, camarões, cobra, crocodilo, lagarto, tartaruga, lontra, sagui, peixe boi marinho, mexilhão, minhoca, garça, urubu, gaivota, gavião, dentre outros”.

De acordo com estudo realizado pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (2024) do município de Rio das Ostras, a região costeira apresenta uma comunidade planctônica com elevada biodiversidade, com domínio de diatomáceas e dinoflagelados entre os fitoplânctons e de crustáceos, especialmente copépodes, sendo formado majoritariamente por espécies própria de ambientes costeiros tropicais e estuarinos. “As tipologias da Zona Costeira: manguezais, recifes de corais, ervas marinhas e florestas costeiras, dunas, faixa de praia, ilhas costeiras e oceânicas são fundamentais na minimização dos efeitos dos perigos costeiros” (Sá, 2023, p. 14).

A Guiné-Bissau está situada na Costa da África Ocidental caracterizado geograficamente por uma linha costeira estendida, estuários e arquipélagos como o dos Bijagós, além de agregação de vastas áreas ricas em ecossistema manguezal que sustentam a grande parte da biodiversidade marinha do país (Ibap, 2011). Esse contexto ecológico propício reúne as condições únicas e disponíveis para o desenvolvimento da pesca artesanal, uma atividade sólida, servindo como base vital da segurança alimentar, da economia regional e da cultura das comunidades de zonas costeiras (Júnior et al, 2019; Ministério da pesca, 2021).

Quanto à importância ecológica, os manguezais desempenham funções indispensáveis para o equilíbrio ambiental, pois atuam como barreiras naturais contra a erosão costeira por estar na zona de transição da terra firme e o mar, protegendo vilas e

idades do avanço do mar e de tempestades ainda na sua produção da qualidade de oxigênio (Mané, 2021). Além disso, são primordiais sumidouros de carbono, ajudando a mitigar as repercussões das mudanças climáticas, além de uma biodiversidade imensa (Ibap, 2011 e 2023). O Parque Natural dos Tarrafes do rio Cacheu agrega uma das maiores extensões contínuas de manguezais da região. Isso confirma que a área tem uma importância não apenas nacional, mas também no quadro internacional, sendo um dos pontos de maior riqueza ecológica da África Ocidental (Júnior e colegas, 2019). A subsistência das comunidades locais subordina-se extremamente aos manguezais, pois fornecem alimentos, como camarões, ostras e peixes, que garantem a segurança alimentar e também representam uma fonte de renda para a população da região. Adicionalmente, a madeira de mangue é utilizada na construção, como lenha para cozinhar e nas atividades de pesca artesanal (Camala, 2021). Sem os manguezais, muitas famílias da região perderão sua principal fonte de sustento ambiental e econômico (Rabelo et al., 2018). Para tal, compreende que a conservação não é só uma questão ambiental, como também uma questão socioeconômica.

A proteção de áreas sagradas e a promoção do turismo ecológico valoriza o capital cultural e ecológico, além de criar mais oportunidades de desenvolvimento sustentável, desde que as tradições locais sejam respeitadas e mantenham o equilíbrio ambiental. Ao decorrer do tempo, o fortalecimento da economia azul e verde poderá criar novas fontes de renda, reduzir a vulnerabilidade social e conservar os ecossistemas costeiros (Camará, 2023).

Vannucci (2003), descreve que os manguezais mantêm a função de filtros biológicos, retendo partículas e poluentes em suspensão, e atuam como provedores e mantenedores da biodiversidade em razão da influência exercida pelos estuários marinhos. Segundo Correia Junior et al., (2019, p.142),

“A exploração dos manguezais se intensificou muito na região devido ao corte de árvores para obtenção de lenha para defumação do pescado, para construções de casas, assim como vedação de casas, há a exploração de combé (molusco bivalve), ostras, produção de sal, assim como a pesca”.

A orizicultura é um tipo de cultura de arroz que utiliza diques e canais,

desmatando ecossistema aquático, principalmente a vegetação mangal, com a finalidade de lavar arroz de bolanha ou arroz de mangue, sendo considerado como prática tradicional comum encontrada em todos os grupos étnicos espalhado pelo regiões litorais; cerca de 70% da população praticam, porém essas atividades impactam consideravelmente o ambiente local, causando a redução das produções de recursos marinhos e pesqueiros (Cá, 2023). De acordo com a CNUDM (1982), o planeta enfrenta os impactos da degradação dos manguezais afetando as espécies marinhas e o setor da pesca, visto que recomenda medidas positivas para preservação e conservação do ambiente global, baseando nas seguintes artigos:

- **Artigo 192.º** - Obrigação geral dos Estados de proteger e preservar o meio marinho.
- **Artigo 193.º**- Direito soberano dos Estados de explorar os seus recursos naturais, respeitando a obrigação de proteção ambiental.
- **Artigo 194.º**- Medidas para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, incluindo destruição de habitats como manguezais.
- **Artigo 123.º** - Cooperação entre Estados costeiros em mares semi-fechados, relevante para o contexto regional da Guiné-Bissau.

Torna-se indiscutível que os manguezais são considerados ecossistema marinho crucial na reprodução, esconderijos e na produção de oxigênio, etc e as práticas de degradação desordenada impactam muito na biota marinha principalmente no campo produtivo de pesca artesanal. Para tal, esses artigos condenam qualquer ação não planejada diretamente neste ecossistemas, embora as práticas de orizicultura ocorrem em todo território litoral da Guiné-Bissau. Nesta medida é possível olhar por outro ângulo que justifica o sector da agricultura está cerca de 90% dos cultivos tradicionais, o que leva a entender que neste século XXI o estado da Guiné-Bissau deveria criar uma política de agricultura sustentável e moderna para minimizar tal tipo de cultivo (Cá, 2023; Camala, 2021 & Campos e Sousa, 2025).

Sambú (2025), salienta que os resíduos plásticos constituem uma ameaça singular, porque degradam-se demoradamente, concentram-se nos oceanos e formam microplásticos que são ingeridos por peixes e outros organismos marinhos, fazendo parte da cadeia alimentar humana; ainda destaca que a maioria dos cidadãos adota práticas informais de descarte, deixando os lixo em terrenos estéreis, canais de drenagem e margens de rios, o que acaba por incidir diretamente no ecossistema marinho. Portanto, esses impactos

refletem-se na perda da biodiversidade, principalmente na redução das espécies marinhas por práticas de destruição de refúgio para espécies juvenis, larvas, alteração do ciclo reprodutivo e de interesse comercial (Teixeira, 2022).

A degradação dos manguezais em Cacheu ameaça às espécies marinhas e a base de subsistência das comunidades pesqueiras, pois a substituição da vegetação primária por sucessões secundárias impacta os habitats naturais de reprodução de peixes e crustáceos, atingindo diretamente a pesca artesanal e o sustento das comunidades costeiras. Além disso, as mulheres marisqueiras, que dependem da coleta de moluscos e ostras nos estuários, são meramente molestadas, aumentando a vulnerabilidade social (Ibap, 2011; Sá, 2017; Júnior et al; 2019; Camará, 2023; Camala, 2021; Infandé, 2023 & Cá, 2023).

5.3. Estratégias de Redução dos Impactos e Perspectivas de Sustentabilidade

A ideia de criação das áreas protegidas, como o Parque Natural Lagoas de Cufada, tem sido integrada uma tática crucial para impulsionar o equilíbrio entre a exploração prudente dos recursos naturais e a conservação ambiental, auxiliando para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Camará, 2023).

“Apesar dos avanços notáveis na criação de Áreas Protegidas em Guiné-Bissau, ainda há muitos desafios para garantir sua consolidação e a proteção socioambiental efetiva. No caso das áreas protegidas, quase 70% não possuem plano de manejo, além disso, o número de funcionários públicos inseridos nessas áreas protegidas é muito reduzido”, (Correia Junior et al., 2019. p.139).

Experiências de co-gestão participativa também oferecem lições importantes. O projeto conduzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) no Rio Grande de Buba, age junto às comunidades locais, com um porém, eles mostram que o dever de preservação do ambiente local está na participação de cada um na luta contra ações que não valoriza o manejo comunitário dos recursos pesqueiros gerando resultados relevantes no quadro de sustentabilidade e inclusão social (Sá, 2017; Ibap, 2024). A figura 9 apresenta estratégias de restauro de áreas de manguezais degradadas, onde a equipe realizou a seleção dos propágulos de rhizophoras, no Porto de Enxudé. Esse modelo tem sido considerado replicável em outras zonas costeiras da Guiné-Bissau (Ibap, 2024).

“Cerca de 363.296,27 hectares do mangal foram monitorizados ao nível

nacional, 36,5 hectares dos quais do projeto Proteção e restauração de mangais e paisagens produtivas para fortalecer a segurança alimentar e mitigar as mudanças climáticas - “arroz e mangal” em colaboração com as instituições parceiras e comunidades, sendo que 908,3 hectares foram repovoados”, (IBAP, 2023, p. 19)

Figura 12– Estratégia para restauro de mangais em áreas degradadas e plantio dos propágulos varia entre 1.500 e 2.500 plantas por hectare.



A



B

Fonte: <https://ibapgbissau.org/> Ibap, 2024.

As Cláusulas dos artigos 192.º, 193.º, 194.º e 123.º de CNUDM (1982), apontam que qualquer prática ligada à exploração desordenada de recursos marinhos que comprometam fatores ambientais devem ser restringidos para proteger o meio aquático, principalmente no que se refere à destruição de habitat costeiro.

As regiões do país mais afetadas, Cacheu, Oio, Tombali e zona costeira de Varela, consideram o plano urgente das ações integradas de manejo ambiental, educação comunitária e políticas públicas a coexistir com os poderes tradicionais voltadas à conservação sustentável. Uma das coisas centrais é a urgência de participação direta das comunidades locais na conservação. Sem esse envolvimento imediato às populações que vivem no entorno do parque, os esforços de preservação tendem a ser insuficientes (Camala, 2019; Sá, 2017; Ministério de pesca, 2015-2020 e Ibap (2024). Entre as estratégias mais consistentes, destacam-se: i) Fomentar a educação ambiental, para conscientizar sobre a importância dos manguezais (Ibap, 2024). ii) Projetos facultativos de

manutenção regional, como artesanato ou piscicultura para atender o mercado, podem reduzir a pressão sobre os recursos naturais (Correia, júnior, 2023; Galomaro e Domingos, 2008). iii) Turismo durável, na qual pode crescer renda local sem causar danos ao meio ambiente. Essas ações indicam que as próprias populações tomam consciência que a responsabilidade está associada com as autoridades tradicionais (Ibidem, 2008).

Entretanto, os riscos colocados pela degradação ambiental, pela pesca ilegal e pelas mudanças sociais exigem a construção de políticas públicas consistentes e integradas na formação de cidadão consciente. A tradição e a inovação tecnológica articuladas mudarão o quadro futuro da pesca artesanal, da preservação dos ecossistemas de manguezais e da capacidade de adaptação das comunidades locais aos novos desafios. Garantir a sustentabilidade desse setor não é apenas uma questão econômica, como também um plano sociocultural vital para a segurança alimentar e a identidade da Guiné-Bissau.

O Plano de Formação dos Recursos Humanos do Ministério da Pesca da Guiné-Bissau (2023–2027), forma um conjunto de instrumentos estratégicos projetados para reintegrar as competências técnicas e profissionais dos colaboradores em torno de setor das pescas, igual modo dos agentes sociais na qual trabalham diretamente à atividade entre eles: pescadores, vendedeiras, sindicatos e associações. Esquematizado pela Direção-Geral de Formação e Apoio ao Desenvolvimento das Pescas (DGFADP), este plano revela o prognóstico do Governo no capital humano como motor de desenvolvimento, tendo em conta sua atuação na gestão sustentável dos recursos haliêuticos, vigorando instituição e o aumento vagas da competição entre os nacionais (Ministério da pesca, 2015-2020; Barros et al, 2021).

Destacando as áreas de formação nesse setor que vão desde as ciências jurídicas até áreas técnicas específicas, entre elas: Direito do mar, administração e gestão pesqueira, economia das pescas, investigação científica, biologia marinha, aquacultura, oceanografia, inspeção e higiene alimentar, informática, línguas estrangeiras, marinharia, segurança marítima e transformação de produtos de pesca. Tudo isso está conectado de forma a responder não só às exigências técnicas da gestão pesqueira, como também às necessidades de colocar o quadro administrativo em corrente moderna e digital, assim como à consideração do pescado para o mercado interno e exportação. A estratégia prevê abraçar fortemente na tecnologia da informação e comunicação (TIC), incluindo formações em softwares de gestão, estatística e monitorização por satélite (VMS, AIS e GPS) que ainda são escassos, porém são ferramentas essenciais para o combate à pesca

ilegal e para a melhoria da fiscalização marítima do país. Outra ação contemplada é a capacitação em idiomas (francês, inglês e espanhol), crucial para comunicação com entidades internacionais e para a cooperação com organizações regionais e globais ligadas às pescas (Barros et al., 2021; Setin e Pd consult, 2023; Ministério da pesca, 2023-2027).

“A Guiné-Bissau não deveria exceder-se na utilização de sua biodiversidade, visto que os recursos hídricos estão sob ameaça das consequências das ações antrópicas e dos efeitos adversos das alterações climáticas. Portanto, para que esse ideal se concretize de maneira duradoura, torna-se necessário associá-lo aos princípios de prevenção, de precaução, de preservação e de conservação dos recursos naturais, na perspectiva de estabelecer um equilíbrio entre os desígnios socioeconômicos e ecológicos tendo como foco o desenvolvimento sustentável”, (Ié, 2018, p. 21/22).

Para enfrentar esses desafios, as avaliações realizadas pelo relatório ambiental realizado por Settin e Pd consult, (2023); Júnior et al. (2020) e Mané (2021) propõem integrar experiências sustentáveis de restauração de ecossistemas e diversificação produtiva, com foco principal na restauração participativa dos manguezais simultaneamente com experiências de aquicultura comunitária em regiões tropicais especialmente cultivo de ostras, tilápias e camarões em pequenas lagoas, isso mostram-se alternativas viáveis para reduzir a pressão sobre os estoques naturais e garantir segurança alimentar. As tais iniciativas podem ser assimiladas ao sistema tradicional de gestão comunitária, considerando os períodos de defeso e os determinismos culturais locais.

De acordo com o relatório do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (Ibap, 2023), realizou atividade de fiscalização das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal e para a restauração dos manguezais em áreas degradadas. Entre os resultados, destacam-se o monitoramento de aproximadamente 363 mil hectares de perímetro mangal e a recuperação de 908 hectares degradados. Além da conservação ambiental, o IBAP investiu no desenvolvimento comunitário sustentável, apoiando a reabilitação de 424 hectares e a construção de unidades de transformação. Por outro lado, implementou educação ambiental, com 2.000 pessoas participaram de debates e ações de sensibilização sobre a importância da conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos. Esse projeto integrou práticas agrícolas sustentáveis e técnicas de reflorestamento comunitário, promovendo segurança alimentar e reduzindo os impactos das mudanças climáticas (Ibap, 2023).

Analisar experiências de restauração de manguezais e aquicultura comunitária como alternativas sustentáveis é de suma importância. Para manter a segurança alimentar pelo mundo é aceito pela CNUDM a implementação de estratégias de extração de recurso marinhos e consumo de proteína marisqueiras, e aprovação de aquicultura como a possibilidade de garantir fonte alimentar para o equilíbrio de acesso a proteína, combatendo a fome (CNUDM, 1982).

Diante das ameaças presentes nas regiões litorâneas do país, a produtividade vem diminuindo causando a redução ou a perda de algumas espécies. Por esse motivo, é importante repensar nas medidas de recuperação das áreas degradadas como aplicação das técnicas de restauração ecológica e aquicultura comunitária como segunda possibilidade para atender o mercado nacional, e ainda manter-se ligado ao cumprimento de compromissos internacionais assumidos pela Guiné-Bissau (Ibap, 2024; Ministério do Ambiente e da Biodiversidade e a Unidade de Coordenação do Projeto de Gestão do Litoral da África Oeste, 2022).

Como explica Valeti (2002), devido necessidade de produzir alimentos, os impactos tanto positivos como negativos precisam ser avaliados, quanto a sustentabilidade social, ambiental e econômica para poder implementar uma prática de aquicultura que beneficie o desenvolvimento regional, contribuindo assim, na geração de renda, além de produzir alimentos de qualidade e preservação genética e do ecossistema. Para que a aquicultura sustentável seja integrada, o autor destaca que é preciso que a realidade local corresponda com as tecnologias acessíveis, garantindo aceitação social da atividade aquícola longívola. Para Siqueira (2018), a produção aquícola já está acima da pesca extrativa no ano 2015, totalizando 53% dos pescadores, e a expectativa de crescimento está na consolidação de pesquisa na inovação da proteína de origem aquática. Isso evidencia que os recursos hídricos constituem um potencial protagonista global na promoção da segurança alimentar.

O Plano de Formação do Ministério das Pescas para intervalo de ano (2023-2027) propõe a promoção da aquicultura comunitária assim como também investir na formação técnica em carpintaria naval, transformação de pescado e gestão de recursos, sendo o caminho para o desenvolvimento do setor de pesca e da sociedade guineense (Ministério da Pesca, 2023-2027).

A consistência da gestão ambiental participativa e o aprimoramento do compromisso produtivo sustentável como aquicultura comunitária e uso racional dos

recursos pesqueiros são essenciais para ajustar a conservação e a geração de renda nas áreas costeiras da Guiné-Bissau. Fomentar sistemas de produção aquícola em áreas supervisionadas, ligada a políticas de manejo integradas, pode diminuir a sobre-exploração dos ecossistemas marinhos e diversificar as fontes de renda dos pescadores. Tais métodos já são aplicados em outros países da África Ocidental, como Senegal e Cabo Verde, com resultados positivos na sustentabilidade e inclusão social (Mané 2021; Junior et al., 2019; Ibidem, 2020).

Além disso, colocar os sistemas de aquicultura em execução, como o cultivo de ostras, peixes e camarões, pode atender o rendimento do capital e diminuir a pressão sobre os recursos naturais (Rabelo, 2018; Júnior, 2019). Tais propostas também reforçam mais a participação de mulheres e jovens em novas atividades produtivas, contribuindo para o fortalecimento da economia local e para a adaptação às mudanças climáticas (Setin e Pd consult, 2023; Cassamá, 2023 e Correia júnior, 2023).

6. DISCUSSÃO

Esse processo facilitou a organização eficiente das informações e a identificação de convergências, divergências e omissões presentes na literatura, enquanto o levantamento bibliográfico permitiu compreender o estado da arte sobre o tema, identificar falhas e oportunidades de aprofundamento. A metodologia aplicada, baseada em documentos científicos reconhecidos, pode contribuir para o aprofundamento teórico para novo estudo, orientar discussões e oferecer incentivos concretos para novas investigações na área da pesca e da gestão ambiental na Guiné-Bissau.

A partir dos dados coletados e expostos, a pesquisa revela que a pesca artesanal na Guiné-Bissau integra um setor de importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do país, bem como pelos seus subsídios econômicos e alimentares, assim como pela sua representação sociocultural e ambiental. Refere-se de uma prática que resume relação histórica entre o homem e o meio aquático, tendo sua base sustentada por saberes ancestrais e por uma organização comunitária que, independentemente das adversidades, mantém o padrão de economia solidária e de uso racional dos recursos naturais (Cassamá et al., 2017). Apesar disso, essa relevância encontra-se ameaçada pela soma de três fatores: Ecológicos, econômicos e institucionais que comprometem o equilíbrio do setor e sua continuidade por muito tempo.

Do ponto de vista ecológico, nota-se a degradação dos manguezais como o ponto crítico mais evidente devido às funções ecossistêmicas (berçários naturais), na qual oferecem para inúmeras espécies marinhas e ainda é essencial para os ciclos reprodutivos de crustáceos e peixes, funcionando como filtros ecológicos, cuja degradação gera perdas irreversíveis à cadeia trófica marinha, que ultimamente vêm sendo severamente afetados por práticas insustentáveis nas últimas décadas, como o desmatamento para obtenção de lenha e a expansão da rizicultura nas bolanhas, conforme salientam Cá (2023) e Correia Júnior et al (2019). A substituição da vegetação do manguezal provoca problemas tais como: a erosão das margens, a perda da biodiversidade e a redução da produtividade pesqueira, trazendo a crise diretamente na segurança alimentar das comunidades costeiras (Ibap, 2011).

Nesse contexto, fiscalização feita na área de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a revisão bibliográfica convergem para o diagnóstico de que a sobrepesca, associada à presença de frotas estrangeiras ilegais, agrava o quadro ecológico (Barros et al, 2023). O Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (Ibap, 2023) registrou a apreensão de 68 pirogas e o monitoramento de mais de 363 mil hectares de manguezais, apresentando provas da proporcionalidade sobre pressões antrópicas sobre os ecossistemas. Tais dados revelam a necessidade de repensar em criar os mecanismos de fiscalização, assim como de integrar tecnologias modernas de monitorização por via satélite (VMS e AIS), conforme previsto no Plano Estratégico das Pescas (Ministério da Pesca, 2023–2027).

Outro ponto crítico está ligado à perda da cobertura vegetal costeira que impacta diretamente na produtividade da pesca artesanal. O Índice de Sustentabilidade da Pesca Artesanal (ISPA), calculado por Sá (2017), apresentou valor médio de 0,657 no rio grande de Buba, o que demonstra a sustentabilidade média. Considera bom o desempenho social e ecológico, todavia fraco do ponto de vista econômico e tecnológico. Esse indicador revalida a perspectiva de que o equilíbrio entre conservação e produtividade depende de medidas de mitigação colaborativa para propor soluções no reflorestamento, controle de resíduos e restauração de áreas degradadas. Além disso, as variações climáticas aumentam os efeitos das práticas predatórias. A subida do nível do mar, a salinização dos solos agrícolas e a erosão das margens litorâneas estão entre os fatores que reduzem a produtividade dos ecossistemas costeiros (Setin e Pd consult, 2023). Esses fenômenos afetam tanto a biodiversidade quanto a subsistência humana, dado que coloca limites no acesso a áreas de pesca e muda os períodos de defeso. Por

isso, a sustentabilidade da pesca artesanal só é possível resolvê-la por meio de políticas climáticas de adaptação que reúne o conhecimento tradicional às soluções tecnológicas inovadoras. Por outro lado, o caso presente da poluição dos oceanos por resíduos sólidos e derivados de petróleo acentua o desequilíbrio ambiental, causando a alteração na qualidade da água e os ciclos de reprodução de peixes e crustáceos (Sambú, 2025).

Esses impactos demonstram que o uso desordenado dos recursos naturais está destruindo a base ecológica sobre a qual a pesca artesanal se sustenta.

Na esfera econômica, observa-se que o setor responde a um duplo desafio: a redução da produtividade e a ausência de infraestrutura apropriada para atender os pescadores. Registram falta de portos artesanais adequados, distribuição de centros de câmaras frigoríficas e mecanismos de comercialização atualizada, a capacidade competitiva dos pescadores é limitada e reduz o valor agregado do pescado. Além disso, a frequência de embarcações estrangeiras ilegais que exploram os recursos marítimos nacionais injustamente, levando a um enfraquecimento da economia local, aumentando as desigualdades sociais. Embora a pesca artesanal permaneça como a principal fonte de renda e emprego, em especial mulheres, que atuam no processamento e na comercialização dos produtos pesqueiros.

No plano socioeconômico, a pesca artesanal é reconhecida como uma atividade econômica fundamental, pois trata-se de uma prática cultural comunitária, passada de muitas gerações. Os dados analisados expressam que quase 90% dos pescadores nacionais exercem esse segmento (Barros et al, 2023; Fernandes, 2014). No entanto, o setor ainda enfrenta desigualdades estruturais e de gênero, refletidas nas condições precárias de trabalho, na falta de infraestrutura e pouca representatividade das mulheres no processo de tomada de decisões. A colaboração feminina nas etapas de transformação e comercialização é imprescindível para a economia nacional. Pesquisas de Cassamá (2024) e Sá (2023) destacam as mulheres felupes na coleta de ostras e no beneficiamento de mariscos, que ainda mantêm invisibilizadas e sem proteção social. Esse distanciamento evidencia uma lacuna nas políticas públicas, que por enquanto priorizam a atividade pesqueira masculina e industrial, em desvantagens das cadeias artesanais e informais.

A contribuição da pesca artesanal é de 6 % do PIB nacional e fornece 35% de proteínas animais consumidas na Guiné-Bissau (Barros et al., 2021). Contudo, a queda na produção indica a degradação ambiental e a escassez de infraestrutura apropriada. Além

das limitações econômicas, também há presença de desequilíbrio institucional e tecnológico. O Ministério das Pescas (2023–2027) regista a importância de fortalecer a formação técnica dos pescadores e setor da defesa nacional, introduzindo disciplinas como gestão de recursos, biologia marinha, segurança marítima e inspeção sanitária. Nota-se que a falta de capacitação de recursos humanos, o acesso às políticas de crédito e às oportunidades de inovação tecnológica. Tudo isso, impossibilita que os pescadores locais participem efetivamente da chamada “economia azul”, na qual procuram ajustar o crescimento econômico e conservação dos oceanos.

No âmbito institucional, as políticas públicas voltadas para o setor de pesca ainda não estão consolidadas e apresentam poucas conexões em relação às realidades locais. Apesar de existirem planos estratégicos estabelecidos pelo Ministério da Pesca (2023–2027) com ferramentas legais para regular a atividade, sua aplicação ainda é limitada pela falta de fiscalização, recursos técnicos e participação comunitária. Diante dessa situação, a necessidade de um modelo de governança que envolva diretamente as comunidades pesqueiras, com uma gestão participativa e descentralizada dos recursos marinhos, se torna essencial.

Mesmo diante da existência de instrumentos legais vigorosos como Decreto-Lei nº 10/2011, que ajusta a atividade de pesca comercial, a instalação prática desses dispositivos ainda é restrita. Além disso, a Guiné-Bissau é assinante de tratados internacionais que reforçam o compromisso com a sustentabilidade marinha, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, 1982). A formação de uma política pública voltada ao setor pesqueiro deve, portanto, transcender os perímetros ministeriais e responsabilizar os atores locais como pescadores, mulheres transformadoras, associações comunitárias, ONGs e universidades. Essa associação entre os saberes tradicionais e a ciência aplicada é a ponte na qual permite a construção de um paradigma de governança adaptativa, no qual a sustentabilidade é possível mediante responsabilidade e equidade social.

Neste contexto, alternativas concretas e sustentáveis precisam ser implementadas com co-gestão comunitária e aquicultura participativa, refletindo um avanço entre a conservação ambiental e a inclusão social. A cogestão colocará mais responsabilidade às comunidades como guardiãs dos ecossistemas, ao passo que a aquicultura comunitária oferece novas oportunidades produtivas, diminuindo a pressão sobre os estoques naturais e aumentando a segurança alimentar (Júnior et al, 2020). No entanto, para que essas

estratégias estabelecidas tenham repercussão duradoura, é inevitável que sejam auxiliadas por políticas públicas integradas, formação técnica contínua e educação ambiental permanente.

O estudo de Junior et al (2020) destaca as iniciativas positivas na região de Cacheu, capazes de reverter o quadro de vulnerabilidade ecológica e socioeconômica. Entre elas, destacam-se: Manejo participativo de manguezais; implementação da aquicultura comunitária em lagoas naturais; Consolidação de programas de educação ambiental para jovens e mulheres.

Quando se observa o quadro social, a desconsideração dos saberes ancestrais pode agravar o andamento do plano estratégico, porque as comunidades costeiras guineenses acumulam saberes ancestrais sobre as marés, os ciclos lunares e os períodos reprodutivos das espécies, no entanto, não pode ser ignorado. Efetivar os saberes ancestrais (sobre marés, ciclos lunares, períodos reprodutivos de espécies, etc) às políticas públicas além de reconhecer o valor cultural e técnico das práticas tradicionais, seguem às exigências da sustentabilidade contemporânea. Conforme destaca Ié (2018, p. 21), “a Guiné-Bissau não deve exceder-se na utilização de sua biodiversidade, devendo associar seus desígnios econômicos aos princípios de prevenção e conservação dos recursos naturais”.

Fica evidente que o futuro da pesca artesanal do país depende do quadro político atuando em equilíbrio com a tradição e a inovação. A sustentabilidade dessa atividade requer um pacto social e institucional que reconheça o conhecimento local, preserve os ecossistemas e garanta economia justa às comunidades costeiras. Assim sendo, a pesca artesanal funcional poderá manter seu papel de eixo central do desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.

7. CONCLUSÃO

A pesca artesanal é fundamental para a subsistência e renda das comunidades costeiras guineenses; porém, o setor enfrenta vulnerabilidades ambientais, tecnológicas e institucionais, ameaçando a sua continuidade sustentável. As práticas produtivas permanecem baseadas em métodos tradicionais transmitidos por gerações, como o uso de pirogas monóxilas, redes de linha, armadilhas e tarrafas. Embora apresentem baixo impacto ambiental, tais técnicas limitam a eficiência produtiva, comprometendo a capacidade de expansão do setor.

A divisão de papéis também se mostra evidente: os homens concentram a captura, enquanto as mulheres, as chamadas “bideiras”, concentram-se no processamento e comercialização. Isso revela a necessidade de políticas que reconheçam e fortaleçam o protagonismo feminino, ampliando acesso a crédito, capacitação e equipamentos adequados. A degradação dos manguezais é um fator crítico para a redução da produtividade pesqueira e o bem-estar comunitário, levando a perda ecológica e a vulnerabilidade socioeconômica das populações ribeirinhas. Iniciativas de integração de práticas de restauração de manguezais e aquicultura comunitária surgem como alternativas promissoras.

No campo institucional, foram identificados avanços e lacunas. Embora existam leis e planos, sua implementação é limitada pela falta de infraestrutura, fiscalização e integração entre governo e comunidades. O que se faz urgente, a adoção de uma co-gestão participativa. Outro aspecto observado refere-se à escassez de estudos técnicos, nas tecnologias de monitoramento e fiscalização, tornando-se necessário investir em capacitação, inovação e infraestrutura, além de tecnologias acessíveis que fortaleçam a economia azul.

Conclui-se que a sustentabilidade da pesca artesanal depende do equilíbrio entre conservação ambiental, fortalecimento institucional e inclusão social. A proteção dos manguezais, a educação ambiental e o engajamento comunitário são pilares essenciais, além de adoção de políticas públicas pautadas na equidade de gênero e justiça ambiental.

A pesca artesanal, é mais do que atividade produtiva, constitui um patrimônio sociocultural e ambiental que representa a identidade guineense. Preservá-la significa garantir soberania alimentar, equidade social e sustentabilidade ecológica.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAN, Éric; TOUS, Philippe. Pesca artesanal, desenvolvimento sustentável e co-. IUCN, 2000.

BARROS, Miguel de (Coord.); CARVALHO, Filipa; MENUT, Anaximandro. Diagnóstico da situação das pescas na Guiné-Bissau. Bissau: Ministério das Pescas, República da Guiné-Bissau, 2021.

BARRI, Iça. Recursos pesqueiros, estuarinos e marinhos da Guiné-Bissau. Lisboa: Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, 2008.

BARTH, Enise Teixeira. A análise de dados na pesquisa científica: importância e

desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, v.1, n.2, p.177–201, 2003.

BRITO, Daguiete Maria Chaves; DA SILVA, Eliane Aparecida Cabral; NETO, Francisco Otávio Landim (Ed.). *Análise ambiental e planejamento sustentável*. Macapá: UNIFAP, 2020.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e Luta I: A arma da teoria*. Lisboa: Seara Nova, 1978. 7. CÁ, Elda Renato. *A importância dos manguezais na preservação do ecossistema marinho da zona costeira da Guiné-Bissau: uma revisão de literatura*. 2023.

CAMALA, Djone Mário. *Pesca artesanal e gestão de recursos marinhos no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu*. 2021.

CAMARÁ, Serifo. *O Parque Natural Lagoas de Cufada em Guiné-Bissau: análise da implementação da legislação ambiental*. 2023.

CAMPOS, Rita; SOUSA, Joana. *Nas margens: recortes de um estudo na interface entre mangais e arrozais na Guiné-Bissau*. 2025.

CARDOSO, Augusto. *Gestão e conservação da biodiversidade da Sócio e biodiversidade da Bijagós*. 2012.

CARVALHO, João Paulo; MADEIRA, Branco. *A gestão do espaço e da propriedade tradicional no arquipélago dos Bijagós*. Dissertação (Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

CASSAMÁ, Aua. *Trabalho, vida e pesca de ostras: mindjeris felupes nos tarrafes de São Vicente, Guiné-Bissau*. TCC (Lic. Ciências Sociais) – UNILAB, 2023. 14. CASSAMÁ, Joel Bacari Fernandes et al. *Análise do setor da pesca artesanal em Guiné-Bissau: impactos e perspectivas*. 2017.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). *Estratégia da CPLP para os oceanos*. Lisboa: CPLP, 2012.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR. Montego Bay, 10 dez. 1982.

CORREIA JUNIOR, Antonio. *Modelo propositivo de planejamento e gestão ambiental para o município de Cacheu–Guiné-Bissau*. 2023.

COSTA, António. *Guiné-Bissau*. Finisterra, v.17, n.33, 1982.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. *Plano. Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

DE UNIDADE, *Estudo Técnico de Criação*. Área de Proteção Ambiental

Marinha-Costeira da Restinga Sarnambi. 2024.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v.3, n.2, p.361–376, 1999.

EMBALÓ, Lamine. Pesca sustentável: análise da sustentabilidade da política de pescas na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado) – ISCTE-IUL, 2021.

FERNANDES, Raul Mendes. Paisagens, pescas e pescadores no litoral da Guiné-Bissau. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v.27, p.65–82, 2014.

GALOMARO, Nhacra; DOMINGOS, S. República da Guiné-Bissau: Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente. [s.l.], [s.d.].

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v.4, n.1, p.44–45, 2002.

GUINÉ-BISSAU. Decretos nº 11, 12 e 13/2000.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Pesca. Plano de Formação. Bissau, 2023.

GUINÉ-BISSAU. Ministério das Pescas. Estratégia Nacional de Fiscalização e Controlo das Pescas. 2021.

GUINÉ-BISSAU. Ministério do Ambiente e da Biodiversidade (MAB); WACA. Quadro de Gestão Ambiental e Social do Projeto WACA. 2022.

GUINÉ-BISSAU. Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima. Plano de Gestão de Pesca Artesanal 2015–2020: Rio de Buba. Bissau, 2015.

IBAP. Guia prático de monitorização das ações de restauro de mangal na Guiné-Bissau. Bissau: IBAP, 2024.

IBAP – INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. Por uma nova governança... Relatório 2023. Bissau, 2024.

INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP). Estratégia de fiscalização marítima. Bissau, 2011.

INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP). Por uma nova governança... 1. ed. Bissau, 2024.

INFANDÉ, Adilson Fernando. Continuidades e transformações socioecológicas e tecnológicas... Dissertação – ISCTE, 2023.

IÉ, Ocante António. Recursos hídricos: inovação e sustentabilidade na Guiné-Bissau. 2018.

JUNIOR, Antonio Correia et al. Áreas protegidas para a conservação dos manguezais em Guiné-Bissau. *G&SA*, v.8, n.2, 2019.

MACHADO, Bruna do Nascimento et al. Ecologia trófica de grandes peixes pelágicos no Atlântico Sudoeste. 2025.

MANÉ, Abdulai. Desafios à sustentabilidade das pescas na economia guineense. Dissertação – ULisboa, 2021.

MARTELLI, Anderson et al. Análise de metodologias para execução de pesquisas tecnológicas. BASR, v.4, n.2, 2020.

MENDES, José Júnior. Pesca ilegal... ameaça à segurança marítima na Guiné-Bissau. Dissertação – ISCTE, 2023.

NAKAMURA, J. N.; AMADOR, T. Relatório jurídico sobre a abordagem ecossistémica às pescas. FAO, 2022.

NANQUE, Adelino. Mulheres Katandera da Guiné-Bissau: protagonismo sociopolítico e espiritualidade. 2021.

NGOMA, João Bêmbete Barros. Impactos ambientais em ecossistemas formados por manguezais. 2022.

RABELO, Luciene Maria et al. Características das áreas protegidas: PNT Rio Cacheu. Revista Casa de Makunaima, 2018.

SÁ, Ajarimba Mahra. Efeitos das mudanças climáticas na zona costeira da Guiné-Bissau. 2023.

SÁ, Geny Gil. Pesca artesanal na bacia do rio Buba. UFC, 2017.

SAMBÚ, Diolindo. Poluição marinha e seus impactos: o caso de Bissau. TCC – UNILAB, 2025.

SETIN; PD CONSULT. Estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE). PNUD, 2023.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Aquicultura: a nova fronteira. 2018. **51**. TEIXEIRA, Sebastião Ribeiro D’Alva. Caracterização e análise da sustentabilidade da atividade pesqueira na Guiné-Bissau. 2022.

VALENTI, Wagner Cotroni. Aquicultura sustentável. Congresso de Zootecnia, 2002. **53**.

VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós: uma síntese de percepções. São Paulo: Edusp, 2003.